

# No projeto do governo para a Constituinte, as subemendas.

Termina hoje o prazo regimental para a apresentação de emendas ao projeto do governo de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, enquanto os parlamentares intensificam a caça às assinaturas que viabilizem suas propostas. Além de 60 deputados federais e três senadores, São Paulo poderá enviar mais 20 representantes à Constituinte, eleitos pelo voto avulso e sem filiação partidária, caso seja aprovada a subemenda apresentada ontem pelo deputado Manoel Costa (PMDB-MG) à emenda governamental atribuindo poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 1986. Essa iniciativa determina que cada Estado e Território e o Distrito Federal terão direitos a eleger candidatos extrapartidários.

A proposta conta com o apoio do relator da emenda do governo, deputado Flávio Bierrenbach, do governador Franco Montoro e também o reconhecimento, por parte do novo consultor-geral da República, Paulo Brossard, de que vem ao encontro de parte considerável da sociedade civil, insatisfeita com a atuação dos congressistas. Para Bierrenbach, seria uma fórmula de conciliar essa tendência com a posição de deputados e senadores que defendem a eleição dos constituintes com mandato parlamentar.

Ontem, o deputado Flávio Bierrenbach discutiu várias questões referentes à Constituinte com o ex-senador Paulo Brossard, que evitou opinar sobre elas em função de seu novo cargo, onde poderá ser obrigado a manifestar-se oficialmente se for consultado pelo Judiciário. Mesmo assim, Brossard admitiu haver grande insatisfação em setores da sociedade brasileira com a atuação dos parlamentares e considera que as candidaturas avulsas poderiam ser uma solução para o problema.

Na proposta dos candidatos extrapartidários, são inelegíveis para a Constituinte os governadores, vice-governadores, ministros de Estado e secretários de governo, prefeitos e vice-prefeitos, presidentes e superintendentes ou diretores de órgãos da administração pública, direta ou indireta, salvo se afastados dos cargos um ano antes. Serão considerados eleitos os candidatos avulsos que obtiverem o maior número de votos. Aqueles que não conseguirem o número de votos necessários assumirão a condição de suplente dos eleitos, no caso de vaga ou impedimento do titular, na ordem decrescente da votação recebida.

## Proposta nova

O deputado do PDS, ex-líder do partido na Câmara, Nelson Marchezan, também apresentou subemenda convocando para o dia 1º de junho de 1986 eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, apenas com a função de elaborar a nova Carta. Promulgada a Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte seria dissolvida, elegendo-se então os novos poderes constituídos da Nação, segundo os termos da Constituição. Segundo essa proposta apresentada à Comissão Mista ontem, o número de representantes constituintes será fixado pelo TSE, em proporção que não exceda a um

para cada 250 mil habitantes, até 20 membros. Além desse limite, um para cada 350 mil habitantes, com o ajuste necessário para que nenhum Estado tenha mais de 55 ou menos de quatro representantes. Os Territórios, salvo Fernando de Noronha, terão direito a dois representantes.

Ao contrário da emenda dos candidatos avulsos, a proposição de Marchezan exige filiação partidária e limita o número de representantes enviados pelos Estados. Já o deputado Leur Lomanto (PDS-BA) apresentou subemenda dispondo que, nas eleições gerais de 15 de novembro de 1986, o eleitorado será consultado se aprova ou rejeita a implantação do regime parlamentarista de governo, cabendo ao TSE determinar os termos em que se efetuará a consulta.

Apesar de não dar maior importância à iniciativa do PDT, o líder do governo, deputado Pimenta da Veiga, ficou surpreso no final da tarde de ontem ao ser informado de que mais de 30 deputados do PMDB, inclusive vários vice-líderes, tinham assinado, apoiando sua formalização, a subemenda convocando eleições diretas para presidente da República a 15 de novembro de 1986. O líder do PDT, Nadir Rossetti, acredita que ainda hoje poderá formalizar a subemenda das diretas para 86. Alguns parlamentares do PMDB que haviam assinado a proposta voltaram atrás, retirando seu apoio. Mas no início da noite de ontem, faltavam poucas assinaturas no Senado e na Câmara para atingir um terço necessário em cada Casa. Estavam faltando 12 assinaturas de deputados e 13 de senadores para a subemenda ser formalizada.

Segundo se apurou, o líder Pimenta da Veiga foi alertado pelo deputado Walmor de Lucca do apoio dos deputados do PMDB. Também o líder do PFL, José Lourenço, deverá recomendar que deputados da sua bancada não assinem a subemenda do PDT. Para Pimenta da Veiga, a proposta das diretas-86 "não tem passagem na sociedade", pois a Nação deseja um governo estável e deposita confiança no trabalho desenvolvido pelo presidente José Sarney. "Só a Constituinte tem competência para reduzir ou ampliar mandatos", comentou Pimenta da Veiga, garantindo que se a proposta das diretas para 1986 for formalizada, o PMDB fixará posição pela sua rejeição.

ANC 88  
Pasta 08/85  
063/1985